



CLUBE CARTÓRIO NO FOCO

DO ZERO À APROVAÇÃO

Questões Inéditas
Prov. 149/CNJ - Rodada 01

GABARITO COMENTADO

A dispensa do reconhecimento (§1º) só ocorre quando a assinatura é feita na presença do oficial.

d) **CORRETA** – Sintetiza perfeitamente:

- Art. 114, §2º: acesso de parentes em linha reta após o falecimento;
- Art. 114, §1º: exigência de autorização judicial para terceiros quando há dados sensíveis.

e) **INCORRETA** – O art. 116 equipara certidões por quesitos às de inteiro teor apenas quando envolvem dados "restritos, sensíveis ou sigilosos", não em todos os casos.

15.

a) **INCORRETA** – O art. 125 estabelece que certidões de matrículas eletrônicas dispensam a indicação de finalidade, contradizendo a afirmação de que "todas" exigiriam.

b) **CORRETA** – Combina corretamente:

- Art. 125: dispensa de indicação de finalidade para matrículas eletrônicas qualificadas;
- Art. 123, §1º: exigência de identificação para documentos arquivados com previsão legal.

c) **INCORRETA** – O art. 126 exige "identificação segura do solicitante" para buscas, sem exceção para autoridades judiciais.

d) **INCORRETA** – O art. 123, §1º afirma justamente o oposto: documentos arquivados com previsão legal dispensam indicação de finalidade.

e) **INCORRETA** – O art. 123 não menciona qualquer exigência de autorização judicial para certidões de registros em sentido estrito, mesmo com dados sensíveis.

16.

a) **INCORRETA** – O art. 130 veda expressamente a exclusão ou omissão de qualquer elemento, incluindo o valor protestado, sem prever exceções por vulnerabilidade.

b) **INCORRETA** – O art. 132, parágrafo único restringe o fornecimento de cópias de documentos de identificação apenas ao próprio titular, sem exceções.

c) **CORRETA** – Reflete integralmente o art. 130:

- Exigência de nome e CPF;
- Vedação a omissões;
- Elementos obrigatórios: espécie do título, datas e valor.

d) **INCORRETA** – O art. 133 autoriza expressamente a devolução ou eliminação de documentos desnecessários após qualificação.

e) **INCORRETA** – O art. 131 não inclui o endereço do devedor entre os dados que podem constar das informações em lote, nem prevê exceções para autoridades.

17.

a) **INCORRETA** – O art. 143 estabelece que a implementação de políticas de LD/FTP é obrigatória, sob supervisão das Corregedorias, e deve ser compatível com o porte e volume de operações da serventia, não dependendo de solicitação prévia.

b) **INCORRETA** – O art. 141, §1º exige que o monitoramento considere múltiplos fatores, como partes envolvidas, meios de pagamento, fundamento econômico e práticas de mercado, não se limitando ao valor da transação.

c) **CORRETA** – Reflete o disposto no art. 139-A:

- Notários e registradores devem considerar avaliações nacionais/setoriais do Poder Público;
- Podem utilizar avaliações subsetoriais realizadas por entidades de representação da categoria.

d) **INCORRETA** – O art. 141, §1º determina que operações atípicas ou incomuns devem ser analisadas com especial atenção, sem prever dispensa subjetiva.

e) **INCORRETA** – O art. 143 exige que a política de LD/FTP seja adaptada ao porte e volume de operações de cada serventia, não sendo uniforme.

18.

a) **INCORRETA** – O §6º do art. 145 prevê que a identificação de PEP pode ser feita tanto pela consulta ao Siscoaf quanto por declaração das partes, não estabelecendo prioridade entre os métodos nem vedando a consulta ao cadastro.

CADERNO DE QUESTÕES

c) O armazenamento de documentos físicos com dados pessoais pode ser feito em qualquer dependência da serventia, desde que haja um inventário atualizado da localização desses documentos.

d) Os treinamentos sobre proteção de dados são obrigatórios apenas para os prepostos que lidam diretamente com dados sensíveis, dispensando-se a capacitação dos demais colaboradores.

e) O plano de resposta a incidentes deve prever a comunicação apenas ao juiz corregedor permanente, mantendo-se sigilo em relação aos titulares dos dados para evitar alarde desnecessário.

12. Com base no Provimento 149/CNJ, assinale a alternativa CORRETA sobre a emissão de certidões e o compartilhamento de dados pelas serventias extrajudiciais:

a) O notário ou registrador deve incluir todos os dados disponíveis no registro quando emitir certidões, independentemente da finalidade solicitada, para garantir a completa informação ao requerente.

b) O compartilhamento de dados com órgãos públicos pode ser realizado a qualquer título, desde que o solicitante demonstre interesse legítimo, dispensando a necessidade de lei, convênio ou instrumento formal específico.

c) Na emissão de certidões, o notário ou registrador deve avaliar a adequação, necessidade e proporcionalidade dos dados em relação à finalidade, especialmente quando não houver exigência legal explícita.

d) A criptografia ou pseudonimização de dados é obrigatória em todos os casos de compartilhamento, sem exceções, inclusive para transferências entre serventias do mesmo sistema registral.

e) As centrais de serviços eletrônicos compartilhados podem utilizar livremente os dados recebidos das serventias para fins estatísticos e de melhoria de serviços, independentemente da finalidade original do compartilhamento.

13. Com base no Provimento 149/CNJ, assinale a alternativa CORRETA sobre o tabelionato de notas e a proteção de dados pessoais:

a) A certidão de ficha de firma pode ser fornecida a qualquer interessado que comprove legítimo interesse, independentemente de autorização do titular ou decisão judicial.

b) O pedido de lavratura de ata notarial envolvendo criança menor de 12 anos por um dos pais dispensa qualquer formalidade adicional de consentimento para tratamento de dados.

c) A certidão de testamento pode ser fornecida a herdeiros presumidos antes do falecimento do testador, desde que demonstrem interesse sucessório.

d) A condição de pessoa exposta politicamente deve constar obrigatoriamente em todos os atos notariais, como medida de prevenção à lavagem de dinheiro.

e) Após o falecimento do testador, a certidão de testamento pode ser fornecida ao solicitante que apresentar a certidão de óbito, independentemente de ordem judicial.

14. Com base no Provimento 149/CNJ, assinale a alternativa CORRETA sobre o acesso a informações no Registro Civil:

a) As certidões de breve relato do Registro Civil exigem sempre a identificação do requerente e autorização judicial prévia, mesmo quando solicitadas pelos próprios interessados.

b) Terceiros podem obter certidões contendo dados sensíveis de pessoas falecidas sem qualquer restrição, bastando comprovar parentesco colateral.

c) A certidão de inteiro teor pode ser fornecida mediante requerimento oral quando o solicitante estiver pessoalmente no cartório, dispensando-se formalidades.

d) Após o falecimento, parentes em linha reta podem obter certidões com dados sensíveis sem autorização judicial, enquanto terceiros necessitam de autorização do juízo competente para acessar tais informações.

GABARITO COMENTADO

b) INCORRETA – O §7º estabelece expressamente que o conceito de beneficiário final deve seguir os critérios definidos por ato normativo da Receita Federal, não admitindo critérios subjetivos.

c) INCORRETA – O §9º determina que, na impossibilidade de identificação do beneficiário final, deve-se dispensar especial atenção à operação e colher declaração dos interessados, mas não veda a prática do ato.

d) **CORRETA** – Reflete exatamente o disposto no §8º:

- Consulta prioritária ao Cadastro Único de Beneficiários Finais (CBF);
- Complementação com outras fontes quando necessário.

e) INCORRETA – O §6º permite alternativamente a consulta ao Siscoaf ou a declaração das partes, sem exigir sempre a declaração quando o cadastro já fornecer a informação.

19.

a) INCORRETA – O art. 149 exige registro tanto dos atos lavrados quanto das propostas de operação ("cuja lavratura lhes seja proposta"), não se limitando aos atos concluídos.

b) INCORRETA – O art. 151 estabelece duas hipóteses de comunicação: quando houver indícios após análise (inciso I) e em casos de comunicação obrigatória independentemente de análise (inciso II).

c) **CORRETA** – Reflete exatamente o disposto no art. 153: mesmo sem ocorrências suspeitas no ano, deve-se apresentar comunicação de não ocorrência até 31 de janeiro do ano seguinte.

d) INCORRETA – O art. 154 veda expressamente o compartilhamento de informações sobre as comunicações com as partes envolvidas ou terceiros, exceto com as Corregedorias, ou órgãos por ela autorizados.

e) INCORRETA – O art. 150 impõe ao notário o dever de verificar a atualidade dos poderes da procuração antes da lavratura do ato, abstendo-se se souber que foram revogados ou modificados.

20.

a) INCORRETA – O art. 171 inclui expressamente operações relacionadas à compra ou venda de bens móveis, não se limitando a transações imobiliárias.

b) **CORRETA** – Reflete exatamente o disposto no art. 159:

- Comunicação obrigatória (na forma do art. 151, II);
- Para operações em espécie ou com títulos ao portador;
- No valor de R\$ 100.000,00 ou mais;
- Independentemente de análise prévia.

c) INCORRETA – O art. 161 estabelece a obrigação de comunicação para pagamentos em espécie ou títulos ao portador a partir de R\$ 100.000,00, sem prever dispensa para valores inferiores a R\$ 500.000,00.

d) INCORRETA – O art. 160, II estabelece o patamar de R\$ 500.000,00 para análise especial quando o devedor for pessoa jurídica (não R\$ 300.000,00).

e) INCORRETA – O art. 171 torna obrigatória a comunicação para valores iguais ou superiores a R\$ 100.000,00, não havendo qualquer faculdade para o valor exato de R\$ 100.000,00.

CADERNO DE QUESTÕES

1. Com base no Provimento nº 149/2023 do CNJ, assinale a alternativa correta:

A) A legalização de documentos públicos nacionais para uso em países signatários da Convenção da Apostila pode ser realizada tanto por meio da aposição de apostila quanto por chancela consular, conforme a escolha do interessado.

B) A aposição de apostila, conforme a Resolução CNJ nº 228/2016, é a única forma válida de legalização de documentos públicos para países signatários da Convenção da Apostila.

C) O conceito de legalização de documentos públicos, conforme definido no provimento, refere-se exclusivamente à verificação da autenticidade do conteúdo do documento, sem envolver a assinatura do signatário ou o selo oficial.

D) O provimento exclui da legalização por apostila os documentos acadêmicos, como históricos escolares e diplomas, exigindo que esses documentos passem por um processo específico de validação perante o Ministério da Educação antes de serem utilizados no exterior.

E) A legalização de documentos públicos nacionais para uso no exterior não é obrigatória e pode ser dispensada pela autoridade estrangeira que receber o documento, independentemente da Convenção da Apostila.

2. Com base no Provimento nº 149/2023 do CNJ, assinale a alternativa correta:

A) A emissão da apostila exige requerimento escrito do solicitante, como forma de formalizar o pedido perante a autoridade apostilante.

B) A análise da autenticidade do documento, incluindo a verificação das assinaturas e selos nele apostos, é facultativa e fica a critério da autoridade apostilante.

C) O apostilamento de reconhecimento de firma ou de cópia autenticada é regra geral, sendo aplicado a todos os documentos submetidos ao procedimento de legalização.

D) O apostilamento de certidão de registro de documento e de reconhecimento de firma só é permitido quando se tratar de documentos de natureza privada.

E) O prazo máximo para a entrega da apostila é de dez dias úteis, conforme estipulado pela autoridade apostilante no momento do requerimento.

3. Com base no Provimento nº 149/2023 do CNJ, assinale a alternativa correta:

A) A apostila deve ser emitida considerando o número de páginas do documento, de modo que cada página receba um apostilamento individual.

B) A autoridade apostilante, ao realizar o apostilamento, deve inserir a imagem do documento no banco de dados unificado do registro eletrônico das apostilas.

C) Após a aposição da apostila, caso se constate um erro no documento original, o apostilamento permanece válido, bastando um adendo ao ato para correção.

D) A tradução de documentos públicos para fins de apostilamento pode ser feita por qualquer profissional que comprove conhecimento avançado no idioma estrangeiro correspondente.

E) Documentos bilíngues de procedência interna, que já contenham versão em língua estrangeira, não precisam de tradução juramentada para fins de aposição da apostila.

4. Com base no Provimento nº 149/2023 do CNJ, assinale a alternativa correta:

A) Somente pessoas naturais absolutamente capazes podem participar da conciliação e mediação, sendo vedada a participação de pessoas jurídicas e entes despersonalizados.

B) A pessoa jurídica pode ser representada por preposto na conciliação e mediação, desde que este tenha vínculo empregatício com a empresa e esteja munido de carta de preposição.